



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1.255, DE 2013

Requeremos, nos termos do artigo 58, § 3º da Constituição Federal, combinado com o artigo 145 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito composta por 11 (onze) membros titulares e 07 (sete) suplentes, obedecido o princípio da proporcionalidade partidária, com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com limite de despesa fixado em R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), investigar o assassinato de jovens negros no Brasil.

JUSTIFICATIVA

Conforme matéria veiculada pela Agência Senado, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), vinculado à Presidência da República, divulgou na última quinta-feira (17) a quarta edição do seu Boletim de Análise Político-Institucional. A publicação traz sete artigos. Num deles —“Segurança Pública e Racismo Institucional”—, informa-se que de cada três pessoas assassinadas no Brasil duas são negras.

De acordo com o estudo, tomando-se a população residente nos 226 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes, a chance de um adolescente negro ser vítima de homicídio é 3,7 vezes maior em comparação com os brancos. A possibilidade de um negro ser assassinado é oito pontos percentuais maior – mesmo quando a comparação envolve indivíduos de mesma escolaridade e de nível socioeconômico semelhante.

Servindo-se de estatísticas coletadas pelo IBGE em 2010, os autores do estudo verificaram que os negros são mais agredidos do que os brancos também por policiais. Entre os pesquisados que declararam ter sofrido agressão no ano anterior, 6,5% dos negros informaram que os agressores eram policiais ou seguranças privados – “que muitas vezes são policiais trabalhando nos horários de folga”. Entre os brancos, apenas 3,7% dos agredidos deram a mesma resposta.

Almir Júnior e Verônica Lima citam no texto pesquisa feita em 2008 entre policiais militares da cidade de Recife. Perguntou-se aos PMs: quem abordariam primeiro numa situação de suspeição que envolvesse um negro e um branco? Não deu outra: “Os policiais militares foram quase unânimes em dizer que o negro sofre um olhar diferenciado e, por isso, é sempre o primeiro a ser abordado – ou, às vezes, mesmo o único”, diz o texto.

Na mesma sondagem, perguntou-se aos policiais sobre como reagiriam ao ver pessoas negras e brancas dirigindo carros de luxo. Um negro pilotando um automóvel caro é considerado suspeito por 21% dos PMs entrevistados. Apenas 2,6% declararam que considerariam suspeito um branco ao volante de um carrão.

“As decisões cotidianamente tomadas no âmbito da justiça criminal, notadamente pelas polícias, são injustificadamente mais severas para os negros do que para os brancos”, concluíram os autores do estudo. “O braço da repressão legítima do Estado – por vezes, veículo até de execuções sumárias – atinge majoritariamente os jovens negros.”

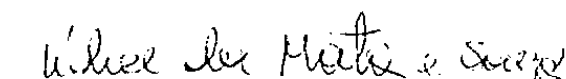
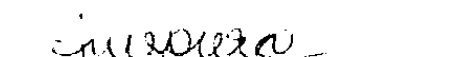
Tomando por base tal pesquisa e mediante audiência pública realizada na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal para discutir o artigo 169 da OIT, entendemos que esta casa necessita urgentemente de averiguar as condições em que estes assassinatos acontecem e quais as razões para isto. De outra parte acreditamos ainda que é preciso compreender o comportamento do Estado Brasileiro mais especificamente dos órgãos responsáveis pelas políticas de Segurança Pública no tocante a apuração destes fatos e os mecanismos de apuração e responsabilização dos agentes públicos no tocante a tais fatos. Portanto requereremos a realização de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para num prazo de cento e oitenta dias (180) investigar o assassinato de jovens negros no Brasil.

Sala das Sessões, em

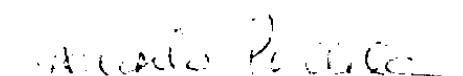
Assinatura



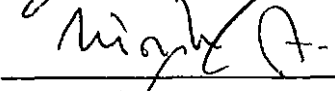

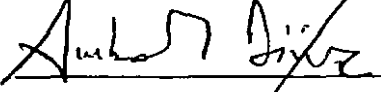

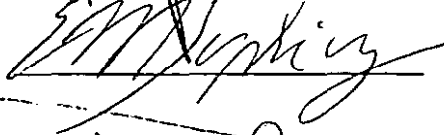

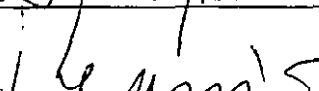
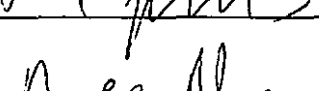
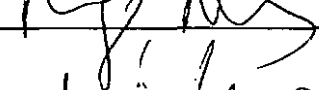
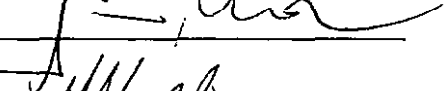
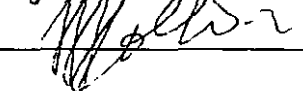
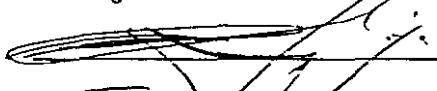
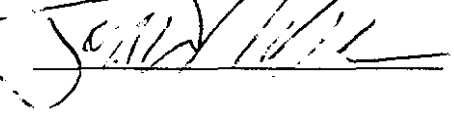
Senador (a)

01.



02.



Assinatura	Senador (a)
03. 	Paulo Dami
04. 	Paulo Pires
05. 	CRISTOVAN.
06. 	VALADARES
07. 	Amador Jiriz
08. 	SERGIO PEFESIO
09. 	Eduardo Dupic
10. 	Romdelf Rodriguez.
11. 	HUMBERTO COSTA
12. 	Roberto Requich
13. 	R. ROLLEMBERG
14. 	INACIO AZEVEDO
15. 	OSVALDO SOBRINHO
16. 	MOZAMBIQUE
17. 	Joao Vitor

Assinatura

Senador (a)

18.

JACOBO BARRIOS

19.

Acero Lucena

20.

J. CAPIBERIBE

21.

ANA RITA ESCARIO

22.

Mario Couto

23.

CESLO ANTONIO

24.

Rubén Figueroa

25.

JARBAS VABCO

26.

HUMBERTO COSTA (repetida)

27.

Ana Almeida (PPM)

28.

Castro Walden

29.

Jorge Viana

30.

Fátima Ribeiro

31.

32.



Comissões - Direitos Humanos

10/10/2013 - 17h33

Desmilitarização da PM é cobrada em audiência sobre violência contra jovens negros

Em audiência que debateu o elevado índice de homicídios tendo por vítimas jovens negros, nesta quinta-feira (10), na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), os participantes destacaram o papel das forças policiais nessas ocorrências, sobretudo a Polícia Militar. Houve apelos pela aprovação de proposta para desmilitarizar a PM e de outra que prevê a investigação dos autos de resistência, documentos muitas vezes forjados para dar a entender que não ocorreram assassinatos, mas mortes decorrentes de reação à abordagem policial.

Quanto aos autos de resistência, um projeto que tramita na Câmara dos Deputados ([PL 4.471](#)) deveria ter sido votado em 2012, para depois vir ao Senado. O exame ficou para esse ano, mas permanece sem conclusão. Já a desmilitarização da PM é proposta em matérias em andamento na Câmara e no Senado. No Senado, tramita a Proposta de Emenda Constitucional ([PEC 102/2011](#)), do senador Blairo Maggi. A intenção é fundir as duas polícias num único grupo policial, com formação civil, diferente do treinamento atualmente dado aos policiais militares.

- A militarização é um legado da ditadura militar, num quadro de violência contra os direitos humanos que hoje se coloca contra os avanços democráticos – afirmou Lula Rocha, do Fórum da Juventude Negra do Espírito Santo.

CPMI

A audiência foi sugerida pela senadora Ana Rita (PT-ES), presidente da CDH, que compartilhou a coordenação dos trabalhos com Lídice da Mata (PSB-BA). Lídice adiantou a intenção de apresentar um requerimento para a criação de uma comissão parlamentar mista de inquérito destinada a investigar o assassinato de jovens negros no país.

- Temos de investigar quais são as causas desse extermínio, quem são os principais agentes do comando do extermínio para que a gente possa revelar para os governos e a sociedade brasileira e contribuir com a investigação e com as políticas públicas adotadas a partir daí – disse

Débora Maria, fundadora do grupo Mães de Maio, enfatizou a importância da aprovação dos projetos depois de citar o caso Amarildo e relatar a perda do filho de 29 anos, gari, à época com 29 anos, vítima de grupo de extermínio formado por policiais militares. Ele perdeu a vida na onda de ataques que resultou em mais de 600 mortes, em maio de 2006, na Baixada Santista. Débora disse que seu filho ainda não teve direito a Justiça e que outras mães nem puderam enterrar os filhos.

- As instituições do Estado acham que têm o poder de exterminar e ainda ocultar os cadáveres, que até hoje mães e famílias procuram – disse Débora, responsabilizando o próprio estado de São Paulo.

Ângela Guimarães, vice-presidente do Conselho Nacional da Juventude Negra, reconheceu avanços nas políticas públicas em favor das populações discriminadas nos últimos dez anos, caso da população negra e sua juventude. Entre as conquistas, que atribuiu à ação do movimento organizado, citou as cotas nas universidades e o Estatuto da Igualdade Racial. Reconheceu, no entanto, que a agenda ainda não se esgotou e apontou os índices de violência entre os jovens como um dos desafios. Segundo ela, os agentes do sistema de segurança agem com racismo, elegendo o “pertencimento racial” em suas ações.

- Uma democracia plena não pode conviver com índices tão horrendos de assassinatos de jovens negros – afirmou.

Estatísticas

Dados apresentados por Ângela Nascimento, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, indicam que, em 2010, morreram no Brasil 49.932 pessoas vítimas de homicídio, ou seja, 26,2 a cada 100 mil habitantes. Deste total, 70,6% eram negras, e 26.854 eram jovens entre 15 e 29 anos - 53,5% do total. A taxa de jovens negros assassinados foi de 74,6%, sendo que 91,3% das vítimas eram do sexo masculino. Em conclusão, ela disse que quem mais morre no país é o negro jovem, com baixa escolaridade e pobre. Ainda impressiona, segundo Ângela, uma espécie de “naturalização em relação à morte da juventude negra”, situação que disse ter sido constatada em pesquisa do DataSenado realizada em parceria com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial no ano passado.

- Por que, ao cair um corpo de um jovem negro, isso não impacta na sociedade brasileira na proporção que essa morte deveria causar? – questionou.

O plano Juventude Viva, em parceria com a Secretaria Nacional da Juventude, foi criado para responder ao quadro de violência que faz vítimas entre jovens negros e pobres, explicou Ângela. Segundo ela, um dos objetivos é sensibilizar a opinião pública sobre a banalização da violência e valorizar a vida dos jovens, por meio da promoção de direitos e de novos valores. A expectativa é reduzir a vulnerabilidade dos jovens, prevenindo a ocorrência de homicídios. A atuação começou por Alagoas, onde há o maior número de mortes, seguido pelo Espírito Santo.

Julio Jacobo, coordenador do Mapa da Violência, estudo que aborda a violência letal relacionada com a juventude, afirmou que, de 2008 a 2011, houve 206.005 homicídios no Brasil: média anual de 51,5 mil ou 141 homicídios diários. Para comparação, ele citou o massacre do Carandiru, em São Paulo, em que morreram 111 detentos, para dizer que a cada dia acontece quase um Carandiru e meio em termos de homicídios.

- Criamos a cultura da cegueira, passamos em torno do cadáver e não os vemos – disse.

De acordo com Fernanda Papa, da Secretaria Nacional da Juventude, os dados comprovam de fato uma realidade “perversa”. Quanto ao plano Juventude Viva, ela destacou que a intenção é alcançar os 142 municípios com as maiores taxas de homicídio de jovens negros, inclusive todas as capitais. Assinalou ainda que as ações exigem cooperação federativa e que os municípios, a partir da adesão, também se comprometem em fazer a notificação obrigatória das mortes violentas de jovens.

A audiência contou com a participação do *rapper* Genival Oliveira, conhecido como GOG, e Anderson Araújo, da Mídia Periférica.

Agência Senado

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

Ipea: jovem negro corre 3,7 vezes mais risco de assassinato do que branco

17/10/2013 - 16h14

Jorge Wamburg
Repórter da Agência Brasil

Brasília – Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre racismo no Brasil, divulgado hoje (17), revela que a possibilidade de um adolescente negro ser vítima de homicídio é 3,7 vezes maior do que a de um branco. Segundo o estudo, existe racismo institucional no país, expresso principalmente nas ações da polícia, mas que reflete “o desvio comportamental presente em diversos outros grupos, inclusive aqueles de origem dos seus membros”.

Intitulado Segurança Pública e Racismo Institucional, o estudo faz parte do *Boletim de Análise Político-Institucional* do Ipea e foi elaborado por pesquisadores da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado das Instituições e da Democracia (Diest). “Ser negro corresponde a [fazer parte de] uma população de risco: a cada três assassinatos, dois são de negros”, afirmam os pesquisadores Almir Oliveira Júnior e Verônica Couto de Araújo Lima, autores do estudo.

Na apresentação do trabalho, em entrevista coletiva na sede do Ipea em Brasília, o diretor da Diest, Daniel Cerqueira, que, do Rio, participou do evento por meio de videoconferência, apresentou outros dados que ratificam as conclusões da pesquisa sobre o racismo institucional. Segundo ele, mais de 60 mil pessoas são assassinadas a cada ano no Brasil, e “há um forte viés de cor/raça nessas mortes”, pois “o negro é discriminado duas vezes: pela condição social e pela cor da pele”. Por isso, questionou Cerqueira, “como falar em preservação dos direitos fundamentais e democracia” diante desta situação?

Para comprovar as afirmações, Cerqueira apresentou estatística demonstrando que as maiores vítimas de homicídios no Brasil são homens jovens e negros, “numa proporção 135% maior do que os não negros: enquanto a taxa de homicídios de negros é de 36,5 por 100 mil habitantes. No caso de brancos, a relação é de 15,5 por 100 mil habitantes”.

A cor negra ou parda faz aumentar em cerca de 8 pontos percentuais a probabilidade de um indivíduo ser vítima de homicídio, indicam os dados apresentados pelo diretor do Diest. Isso tem como consequência, segundo Daniel Cerqueira, uma perda de expectativa de vida devido à violência letal 114% maior para negros, em relação aos homicídios: “Enquanto o homem negro perde 1,73 ano de expectativa de vida (20 meses e meio) ao nascer, a perda do branco é de 0,71 ano, o que equivale a oito meses e meio.”

Para o pesquisador Almir de Oliveira Júnior, como dever constitucional, o Estado deveria fornecer aos cidadãos, independentemente de sexo, idade, classe social ou raça, uma ampla estrutura de proteção contra a possibilidade de virem a se tornar vítimas de violência. “Contudo, a segurança pública é uma das esferas da ação estatal em que a seletividade racial se torna mais patente”, disse Oliveira Júnior.

De acordo com as estatísticas sobre a violência em que o estudo se baseou, esse é um dos fatores que explicam por que, a cada ano, “uma maior proporção de jovens negros, cada vez mais jovens, é assassinada”, acrescentou o pesquisador. Segundo ele, enquanto nos anos 80 do século passado, a média de idade das vítimas era 26 anos, hoje não passa de 20.

Edição: Nádia Franco

Todo o conteúdo deste site está publicado sob a Licença Creative Commons Atribuição 3.0 Brasil. Para reproduzir o material é necessário apenas dar crédito à **Agência Brasil**



Plenário - Pronunciamentos

23/10/2013 - 18h28

Lídice coleta assinaturas para CPI sobre assassinato de jovens negros

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) afirmou, nesta terça-feira (23), que deu início a coleta de assinaturas para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) com o objetivo de investigar o assassinato de jovens negros no Brasil.

A senadora mencionou pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgada na última quinta-feira (17), que revela que a cada três assassinatos praticados no país, dois vitimam negros e afirmou que a situação de violência contra o grupo precisa sair da reflexão para ações concretas que possam modificar o quadro atual do Brasil.

Lídice disse que a pesquisa do Ipea também revela que a chance de um adolescente negro ser assassinado é 3,7 vezes maior em comparação com os brancos. A pesquisa mostra que a possibilidade de o negro ser vítima de homicídio no Brasil é maior inclusive em grupos com escolaridade e características socioeconômicas semelhantes.

Para a senadora, o abandono da escola e a baixa inserção no mercado de trabalho são alguns dos fatores que deixam os jovens mais vulneráveis à violência. De acordo com estudo do sociólogo Júlio Jacobo citado por Lídice, há no Brasil 9 milhões de jovens que não estudam e nem trabalham e, portanto, ficam mais vulneráveis a esse tipo de situação.

A senadora ainda destacou os resultados do Mapa da Violência 2012 segundo os quais entre 2002 e 2010 cerca de 272 mil negros foram assassinados no Brasil. O estudo também mostra que, nesse mesmo período, a taxa de homicídio de pessoas brancas caiu 24,8% enquanto a prática desse crime contra os negros teve um aumento de 5,6%.

Publicado no DSF, de 26/10/2013

Secretaria de Editoração e Publicações - Brasília-DF

OS: 16592/2013